

O CAPÍTULO NOVE DA CARTA AOS ROMANOS E A DOUTRINA DA ELEIÇÃO

Misael Batista do Nascimento

Eleição. Coisa de presbiterianos! — é o que ouvimos, quando tentamos compartilhar o assunto com algumas pessoas.

Nada mais natural. Afinal de contas, esse ensino tem sido questionado desde tempos antigos. E isso com muita razão. Nada é mais ofensivo à natureza humana, do que essa doutrina. Nada fere mais nossa confiança própria. Aos homens é completamente ridícula e ameaçadora a idéia de um Deus que seja Deus: Livre e Soberano, que não deve nada a ninguém; que não tem a obrigação de prestar contas a nós, criaturas limitadas.

A doutrina da eleição é terrível para quem não tem o coração descansado nas promessas do Evangelho de Deus. “Será que estou perdendo meu tempo aqui na igreja? E se eu não for eleito?” — é o questionamento daqueles que enxergam Deus como uma pessoa desonesta, que vai lhes “passar a perna”, no dia do juízo final. Também é ridícula aos olhos de quem pensa que pode apontar o dedo para o rosto de Deus, e questionar os seus desígnios: “Um Deus que escolhe uns para a salvação e outros para a condenação é injusto!” — como se nós estivéssemos à altura de julgar ao Todo-Poderoso. Outros não aceitam o ensino, afirmando que os crentes na eleição tornam-se alienados, improdutivos e resignados. Nesse ponto, confundem descanso e paz, com alienação, santidade com improdutividade e fé com resignação.

Temos ainda a posição mais popular, que insiste em que deixemos essa história de eleição de lado. Não vale à pena falar sobre o assunto. “Deixemos isso com Deus, esqueçamos estas querelas e vamos trabalhar para o Senhor. O importante é que preguemos o Evangelho de Cristo”. Lindo argumento! Aparentemente “espiritual”.

A questão é a seguinte: Podemos pregar o puro Evangelho à parte da doutrina da eleição? Podemos falar do Evangelho sem tratar da depravação total, da escolha incondicional, da expiação limitada, da vocação eficaz e da perseverança dos santos? Impossível! Podemos falar da pura graça incondicional de Deus, sem mencionarmos o fato que “fomos eleitos em Cristo antes da fundação do mundo?” Seria o mesmo que tentar equilibrar uma mesa somente em três pernas. Estaríamos nos firmando numa doutrina capenga, doente e defeituosa.

Não é essa a situação da igreja reformada hoje? Não estaríamos “capengas e defeituosos” em nossas crenças? Onde estão os estudiosos profundos, os “bereanos” em nosso meio? São poucos. Vemos, pelo contrário, muitos que, folheando superficialmente suas Bíblias, levantam bandeiras contra a eleição, sem ao menos terem despendido tempo para estudá-la profundamente. John Owen, erudito puritano, levou mais de seis anos escrevendo sua obra sobre a eleição, “A Morte da Morte na Morte de Cristo” (publicado no Brasil sob o título “Por Quem Morreu Jesus?”), com intenso estudo dos textos bíblicos nas línguas originais, suor e oração. A Assembléia de Westminster, tratou do tema da eleição em diversas reuniões, regadas a muita Bíblia e oração (algumas orações devocionais duraram mais de duas horas!). E eis-nos aqui: Cristãos “sabichões” do século XX. Sapateamos contra a eleição nos primeiros trinta segundos de apresentação da doutrina. Agimos como meninos que não querem tomar o remédio que nos parece amargo. Berramos e batemos a cabeça contra a parede: “Eu não aceito isso, eu não aceito isso!”, de modo precipitado.

O resultado prático é infantilismo espiritual e superficialidade. Isso, porque as doutrinas da graça não são descartáveis. Pelo contrário, devem ser o centro de nossa vida cristã. À parte delas, definhamos, deixamos de crescer e tornamo-nos mongolóides espirituais. Ao meu ver, muitos problemas não existiriam, e seria muito reduzido o número de pessoas problemáticas, buscando aconselhamento pastoral e cura interior, se tão somente aceitássemos com humildade e

confiança, as doutrinas da graça incondicional de Deus. Que bênção seria para nós, entendermos melhor e mais profundamente o Pacto da Graça, do qual a eleição é um dos itens principais.

Sei que muitos vão achar minhas palavras radicais, petulantes e intransigentes. Mas não se pode abrir mão do Evangelho da Graça de Deus. E por isso, não se pode abrir mão da eleição. E isso amados irmãos, não é coisa de “presbiterianos”. Isso é o cristianismo bíblico, doa a quem doer. É por isso que a pregação apostólica foi considerada um “escândalo para os judeus” e uma “loucura para os gentios” (1Co 1:23). E ainda hoje, continua sendo inaceitável. Entenderam a palavra i-n-a-c-e-i-t-á-v-e-l? É isso mesmo! “O homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente” (1Co 2:14).

Porque insistimos na eleição? Porque somos presbiterianos? Não. Porque somos crentes. Crentes no Evangelho de Cristo em sua integralidade.

Daí a importância de analisarmos o capítulo nove da Carta de Paulo aos Romanos. Aqui encontramos uma palavra irrefutável. Trata-se da Escritura Sagrada, que nós afirmamos ser a nossa única base de fé e prática. Estamos dispostos a ouvi-la? Então prossigamos.

Texto e Comentário de Romanos 9

1. Digo a verdade em Cristo, não minto, testemunhando comigo, no Espírito Santo, a minha própria consciência: 2. tenho grande tristeza e incessante dor no coração; 3. porque eu mesmo desejaria ser anátema, separado de Cristo, por amor de meus irmãos, meus compatriotas, segundo a carne. 4. São israelitas. Pertence-lhes a adoção e também a glória, as alianças, a legislação, o culto e as promessas; 5. deles são os patriarcas, e também deles descende o Cristo, segundo a carne, o qual é sobre todos, Deus bendito para todo o sempre. Amém!

Os primeiros cinco versículos do capítulo, introduzem o tema que será tratado pelo apóstolo Paulo. Ele vai falar da aplicação do Evangelho aos judeus, até o capítulo 11 de sua carta. Tratando dessa questão é que ele vai abordar a temática da eleição, que no seu entender, é a base para a compreensão da rejeição do Evangelho por parte dos judeus, e sua aceitação por parte dos não-judeus (os gentios).

Eleição, amor pelas almas perdidas e missões

Paulo sofre, porque seus compatriotas, em sua maioria, rejeitaram o Evangelho de Cristo. Esse sofrimento é notado nas expressões usadas por ele, que denotam intensa agonia, grande tristeza, “angústia mental”; e “contínua dor ou sofrimento; angústia de coração”, v. 2). Esse sentimento é tão profundo que Paulo, se pudesse, trocava de lugar com seus irmãos na carne, tornando-se “maldito — anátema” e “separado de Cristo” para salvar aos seus queridos (v.3). O apóstolo reconhece a situação irônica dos seus irmãos judeus: representantes da estrutura religiosa da época, guardiães da adoção, da aliança, da lei, do culto e das promessas; descendentes dos patriarcas e no meio dos quais surgiu o próprio Messias, o Senhor Jesus Cristo (vv. 4-5) — mas incrédulos e perdidos!

A atitude de Paulo é aqui digna de nota. Verificaremos mais adiante, que ele atribui este endurecimento dos judeus à eleição divina. No entanto, ele continua agonizando-se por eles, o que indica que a doutrina da eleição não nos impede de chorarmos e nos sacrificarmos pelos não crentes. Pelo contrário, devemos desejar a todo o tempo, nos desgastarmos em prol daqueles que não conhecem a Jesus. Devemos continuar clamando todos os dias pela salvação de nossos queridos. Devemos continuar pregando “a tempo e fora de tempo”, objetivando ganhar o máximo de pessoas para o nosso Senhor (2Tm 4:2). Não podemos esquecer que o mesmo apóstolo escreve mais adiante, em Romanos 10:9-15:

Se, com a tua boca, confessares Jesus como Senhor e, em teu coração, creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo. Porque com o coração se crê para justiça e com a boca se confessa a respeito da salvação. Porquanto a Escritura diz:

Todo aquele que nele crê não será confundido.

Pois não há distinção entre judeu e grego, uma vez que o mesmo é o Senhor de todos, rico para com todos os que o invocam. Porque:

Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo.

Como porém, invocarão aquele em que não creram? E como crerão naquele de quem nada ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue? E Como pregarão, se não forem enviados?

Entendamos esse claro ensino da Palavra de Deus. A doutrina da eleição não gera frieza na obra de evangelização e missões. Pelo contrário, grandes e poderosos movimentos de pregação do Evangelho deram-se em períodos de firme ênfase nas doutrinas da Graça. A Igreja Luterana, a Igreja Metodista Calvinista, a Igreja Batista Calvinista, e outras denominações reformadas testemunham isso. George Whitefield pregava as doutrinas da pura graça a multidões de cinco mil pessoas, com centenas de conversões. Charles H. Spurgeon, denominado de "Príncipe dos Pregadores", pregava todos os domingos de manhã para multidões de seis mil ouvintes, que às vezes acampavam na neve para conseguir lugar para ouvi-lo. Seu tema constante: O Evangelho da Graça. Sua ênfase predominante: a doutrina calvinista (ou melhor dizendo, "paulinista") da eleição. E todos esses homens eram como chamuscas que não se consumiam, cheios de fervor e fogo espiritual, que choravam dia e noite, pregando com todo o vigor o Evangelho e sendo instrumentos de Deus para a transformação de vidas.

Vemos hoje muitos missionários usando o texto de Mt 24:14: "E será pregado este evangelho do reino por todo o mundo, para testemunho a todas as nações. Então, virá o fim". Afirmam a partir dessas palavras de Jesus que o Evangelho deve ser pregado a todas as pessoas por que Deus quer que todas elas se salvem, e portanto a doutrina da eleição incondicional não deve ser aceita pelos cristãos que querem comprometer-se com missões.

Argumento furado. Isso porque, em primeiro lugar, o versículo (assim como o restante da Bíblia) não diz que o Evangelho deva ser pregado "a todas as pessoas de todo o mundo". O termo grego traduzido por nações significa "grupos étnicos", ou seja, o testemunho do Evangelho do reino aqui descrito é para as nações, grupos linguísticos e culturais e não indivíduos. Se apenas uma pessoa de uma tribo não alcançada ouvir compreensivelmente o evangelho do reino, então este versículo estará cumprido para aquele grupo étnico.

Em segundo lugar, a pregação desse Evangelho não visa a conversão de todas as pessoas de cada nação, mas sim o testemunho de Deus àquele povo. Jamais nos iludamos pensando que o Evangelho converterá o mundo. Os slogans missionários arminianos, do tipo "Vamos transformar o mundo" ou "o Evangelho mudando as nações", são utópicos e antibíblicos. Somente "um remanescente é que será salvo" (Rm 9:27).

Que remanescente é esse? São os eleitos de Deus. Em Ap 7, o apóstolo João vê quatro anjos segurando o derramamento do juízo final sobre a terra (v.1). Surge um outro anjo, "tendo o selo do Deus vivo", que clama dizendo que o fim dos tempos não pode ser deflagrado "até selarmos na frente os servos do nosso Deus" (vv. 2-3). Tais selados correspondem a 144 mil (12 vezes 12 mil), um número simbólico ligado à totalidade do povo escolhido de Deus (vv.4-8). Para que serve a obra missionária? Para dar testemunho de Deus a todos os grupos étnicos da terra, e para pregar o Evangelho de modo a alcançar os eleitos, que serão "selados" pelo Altíssimo (Comp. Ef 1:13-14).

Será que os presbiterianos, esses "esquisitos" que crêem nessa doutrina "esquisita" da predestinação preocupam-se com missões? Pergunte-se isso às agências missionárias, e será constatado que nossa denominação é uma das que mais enviam obreiros para o serviço, em várias agências missionárias do Brasil e do mundo. Fazemos isso por obediência à comissão de nosso Deus, e por amor às almas que se perdem.

A Eleição é incondicional

6. E não pensemos que a palavra de Deus haja falhado, porque nem todos os de Israel são, de fato, israelitas; nem por serem descendentes de Abraão são todos seus filhos; mas:

Em Isaque será chamada a tua descendência.

8. Isto é, estes filhos de Deus não são propriamente os da carne, mas devem ser considerados como descendência os filhos da promessa. 9. Porque a palavra da promessa é esta:

Por esse tempo virei, e Sara terá um filho.

10. E não ela somente, mas também Rebeca, ao conceber de um só, Isaque, nosso pai. 11. E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama), 12. já fora dito a ela:

O mais velho será servo do mais moço.

13. Como está escrito:

Amei Jacó, porém me aborreci de Esaú.

14. Que diremos, pois? Há injustiça da parte de Deus? De modo nenhum! 15. Pois ele diz a Moisés:

Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão.

16. Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia. 17. Porque a Escritura diz a Faraó:

Para isto mesmo te levantei, para mostrar em ti o meu poder e para que o meu nome seja anunciado por toda a terra.

18. Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz.

Os versículos 6 a 18, formam o primeiro bloco de argumentação de Paulo. Ele chama a atenção para um fato importante: Se Deus havia dado aos judeus uma aliança na qual ele prometia-lhes a salvação, e agora eles haviam rejeitado essa salvação, será que isso invalidaria a promessa do Senhor? A palavra do apóstolo é taxativa: Não. Deus jamais invalida suas promessas. O que ocorre é que sua promessa dirige-se não a "todos os judeus", e sim, apenas aos eleitos, chamados por Paulo de "filhos da promessa" (vv. 6-8). Ele ilustra isso, mostrando que o Pacto efetuado com Abraão vinculava-se à eleição, demonstrada mais claramente nos filhos de Isaque (vv. 9-13). Com relação a eles, a Escritura nos ensina que "ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama), já fora dito a ela: O mais velho será servo do mais moço. Como está escrito: Amei Jacó, porém me aborreci de Esaú" (vv. 11-13).

Em suma, Paulo ensina acerca de uma eleição incondicional. Deus escolheu Jacó e rejeitou Esaú independentemente de seu comportamento, ou melhor, de suas obras (vv. 11-12). A escolha decorre do propósito de Deus, "aquele que chama". Isso quer dizer que Deus escolhe por sua pura graça e vontade e não porque ele prevê que nós iremos crer. Em linguagem teológica, afirmamos que a eleição de Deus baseia-se em sua soberania, e não em sua onisciência. Ele não escolhe porque sabe quem vai crer. Pelo contrário, ele sabe quem vai crer porque ele já escolheu. A fé é decorrente do decreto divino e não vice-versa.

A Justiça de Deus na Eleição

Talvez os versículos mais impopulares de Rm 9, sejam os vv. 14-16: "Que diremos, pois? Há injustiça da parte de Deus? De modo nenhum! Pois ele diz a Moisés: Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão. Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia (Grifos meus).

A Bíblia ensina-nos que não podemos julgar a Deus por sua eleição. Deus é um ser bom e justo. Sua santidade e perfeição de caráter são pontos proeminentes de sua revelação aos seus filhos. Seu amor é inquestionável, mediante a revelação que ele faz de si mesmo no seu filho Jesus Cristo, que morreu em nosso favor (Êx 34:6-7; Lv 11:44-45, 19:2; Jo 1:14, 3:16; Rm 5:7-8; 1Jo 4:8; Ap 15:3-4). Um crente não julga a Deus pelo que ele faz, mas simplesmente crê, e submete-se alegremente à sua boa e santa vontade. Alguns dirão que isso é alienação! A Bíblia, no entanto, chama isso de fé.

Chegamos então àquela palavrinha incômoda, encontrada duas vezes no texto: “aprouver” (v.15), que pode ser traduzida assim:

Terei misericórdia de quem eu quiser ter misericórdia, e terei compaixão de quem eu quiser ter compaixão.

O versículo fala primeiro da misericórdia, usando uma expressão que significa uma compaixão “de coração”, um sentimento profundo que move Deus a uma ação em favor do objeto por ele considerado. A expressão denota uma identificação de Deus com a nossa miséria e desgraça, que brota do mais íntimo de seu ser santo e benigno. Logo depois lemos acerca da compaixão de Deus, no original, a manifestação prática de seu sentimento de misericórdia. Entendemos então, que o Senhor sente nossa miséria de modo real e profundo, buscando agir para ajudar-nos.

Observemos, no entanto, que essa ação de Deus vincula-se àquela expressão paulina: “aprouver”, ou “quiser”. Aqui reside o ponto de discussão e controvérsias, e o corolário da doutrina reformada: Deus salva a quem ele quer. Ele é soberano. Ele escolhe quem quiser, e ninguém pode julgá-lo por isso. Ele é Deus e pronto, ponto final. Ele tem misericórdia e demonstra compaixão por quem ele quer e eu não sou digno de questioná-lo por isso. Eu não estou nem mesmo em condições de fazer tal questionamento. Ele é Deus e eu sou criatura. Ele não me deve satisfações. Ele é soberano, livre para fazer o que quiser, com quem quiser, como quiser, quando quiser. Sua soberania é perfeitamente equilibrada com sua santidade e bondade, de modo que ele jamais fará nada pecaminoso, ou injusto, ou fora dos seus parâmetros de infinito amor. Esse é o Deus das Escrituras, por mais impopular que pareça aos ouvidos da humanidade pós-moderna.

O vv. 16-18 desferem o golpe de misericórdia nas pretensões do orgulho humano: “Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia. Porque a Escritura diz a Faraó: Para isto mesmo te levantei, para mostrar em ti o meu poder e para que o meu nome seja anunciado por toda a terra. Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz”.

A base de nossa salvação, não é o nosso querer, mas o fato de Deus usar o seu favor para conosco. Deus, em nenhuma instância de seu plano, baseou nossa salvação na nossa vontade. Ele buscou sim, fazer as coisas de tal modo que nossa vontade não fosse violada. Sua graça operou em nós, circunstâncias foram criadas, o Evangelho foi pregado, o Espírito Santo visitou-nos e fez-nos nascer de novo, convencendo-nos do pecado, da justiça e do juízo. Recebemos a fé para crermos em Cristo e nossa vontade foi atraída com os laços de amor do Evangelho do amor de Deus. Isso, no entanto, não significa que fomos nós que optamos por Cristo à parte da ação de Deus em nossos corações. A regeneração decorre da graça e misericórdia divinas e não de nossas decisões isoladas. A vontade humana, na conversão, reage estimulada pelo chamado eficaz do Espírito Santo, de modo que podemos afirmar que, de certo modo, o homem é o agente da fé, cujo objeto é Cristo. No aspecto último porém, esta fé, é “dom de Deus”.

Paulo ilustra isso falando do Faraó, acerca do qual a Bíblia repete várias vezes que negou-se a libertar o povo de Israel do Egito (Êx 7:13, 22, 8:15, 19, 32, 9:7, 35). Faraó endureceu seu coração, e não deixou o povo ir. São interessantes, no entanto, as passagens de Êxodo, 9:12, 10:20, 11:10 e finalmente 14:4. Deus mesmo endureceu o coração do Faraó para ser glorificado nele e em todo o seu exército; “e saberão os egípcios que eu sou o SENHOR” (Êx 14:4). A conclusão paulina, é que “tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz”.

Fica no entanto, o espaço para um questionamento crucial: Se isso é assim, não tornam-se inúteis os diversos textos da Escritura que fazem apelo à nossa vontade, e que afirmam que todo

aquele que buscar, achará a salvação? Podemos jogar no lixo os textos bíblicos que afirmam que o homem será condenado por não crer e não buscar a Deus?

Absolutamente não. Os textos que apelam à nossa vontade para que busquemos ao Senhor e nos consagremos a ele; as passagens bíblicas que alertam-nos para o perigo de sermos condenados, caso não exercitemos nossa vontade em servir ao Senhor, são os instrumentos que o Espírito Santo usa para testemunhar a vontade de Deus aos perdidos, constranger e santificar aos eleitos. É pela Palavra, que os filhos de Deus são limpos e santificados. Por isso, afirmamos que a doutrina da eleição não contradiz os ensinamentos bíblicos acerca da necessidade de obediência, vigilância e santidade.

Fica no entanto, firme o axioma: o autor e consumidor da fé, o único responsável por nossa salvação, é Deus. Somente ele, que ministra a nós a sua graça livre e soberana. Nossos corações orgulhosos e pecaminosos estão dispostos a dobrar-se diante dessa revelação? Esse é exatamente o louvor que se encontra na alma quebrantada dos verdadeiros crentes em Cristo:

Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus!
Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos!
Quem pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro? Ou quem primeiro deu a ele para que lhe venha a ser restituído? Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém!

Romanos 11:33-36.

Vasos para honra e desonra: Criação e soberania de Deus

19. Tu, porém, me dirás: De que se queixa ele ainda? Pois quem jamais resistiu à sua vontade? 20. Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?! Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim? 21. Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro, para desonra? 22. Que diremos, pois, se Deus, querendo mostrar a sua ira e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita longanimidade os vasos de ira, preparados para a perdição, 23. a fim de que também desse a conhecer as riquezas da sua glória em vasos de misericórdia, que para glória preparou de antemão, 24. os quais somos nós, a quem também chamou, não só dentre os judeus, mas também dentre os gentios? 25. Assim como também diz em Oséias:

Chamarei povo meu ao que não era meu povo; e amada, à que não era amada; 26. e no lugar em que se lhes disse: Vós não sois meu povo, ali mesmo serão chamados filhos do Deus vivo.

27. Mas relativo a Israel, dele clama Isaías:

Ainda que o número dos filhos de Israel seja como a areia do mar, o remanescente é que será salvo.

Porque o Senhor cumprirá a sua palavra sobre a terra, cabalmente e em breve; 29. como Isaías já disse:

Se o Senhor dos Exércitos não nos tivesse deixado descendência, ter-nos-íamos tornado como Sodoma e semelhantes a Gomorra.

30. Que diremos, pois? Que os gentios, que não buscavam a justificação, vieram a alcançá-la, todavia, a que decorre da fé; 31. e Israel, que buscava atingir a lei de justiça, não chegou a atingir essa lei. 32. Por quê? Porque não decorreu da fé, e sim como que das obras. Tropeçaram na pedra de tropeço, 33. como está escrito:

Eis que ponho em Sião uma pedra de tropeço e rocha de escândalo, e aquele que nela crê não será confundido.

Os vv. 19-33, formam o segundo bloco de argumentação do apóstolo Paulo. Mais uma vez, Paulo usa a metodologia didática de formular objeções e respondê-las, de modo a aclarar seu ensino. No v. 14, ele falou do perigo de considerarmos Deus injusto, por eleger quem ele quer. Agora, no

v. 19, ele esboça um questionamento irônico, que normalmente é feito pelos que atacam a doutrina da predestinação: “Tu, porém, me dirás: De que se queixa ele ainda? Pois quem jamais resistiu à sua vontade?” Ou seja, por que Deus ainda exige algo de nós, se tudo já foi definido em seu decreto da predestinação? Se é da sua vontade que eu não seja salvo, então a responsabilidade por minha perdição ou salvação é dele e não minha.

Esse questionamento, busca colocar a culpa da condenação em Deus. Os homens seriam meros marionetes no processo histórico, preordenados para um destino já traçado pelo Altíssimo, e por isso mesmo, inocentes e impotentes diante do desígnio divino. Essa questão é muito séria porque implica em afirmar que Deus é o autor de todas as coisas, inclusive do mal, o que tem conseqüências para seus atributos de bondade e santidade.

Em suma, essa objeção ataca ferozmente o caráter e a confiabilidade de Deus. Exerga no Senhor uma pessoa cruel, que exige algo que não pode ser cumprido, e que ainda condena os homens por não fazê-lo. Um Deus assim, déspota, caprichoso e injusto, seria confiável?

O enfoque da resposta do apóstolo é duplo: nos vv. 19-29, ele tratará da ação divina, e nos vv. 30-33, ele falará da ação humana.

A discussão levantada no v. 19 é cortada pela raiz no v. 20. O homem não pode discutir com Deus, por que é criatura e não criador. O criador é o Senhor, e isto lhe dá o direito de fazer o que quiser conosco, a nós e por nós. Deus é o oleiro, e nós, a massa, que ele modela como quer. Como oleiro soberano, ele é livre para criar o que desejar, produzindo algumas peças para honra e outras para desonra.

Nesse ponto, Paulo vai mais fundo, afirmando que Deus, intencionalmente, destinou alguns como “vasos de ira, preparados para a perdição” (v.22), enquanto outros foram feitos para, através deles, manifestar “as riquezas de sua glória e misericórdia” (v.23). Tais vasos de “honra” somos nós, os não-judeus que creram no Evangelho. Em nós, Deus cumpre as profecias de Oséias 1:10 e 2:23: um povo que não pertencia à aliança israelita seria chamado “povo de Deus” (vv. 24-27). Acerca de Israel, um “remanescente será salvo”, para que não ocorra o perecimento de toda a nação, como aconteceu com Sodoma e Gomorra (vv-27-29).

Eleição e responsabilidade humana

Havendo analisado a rejeição de Israel com base na eleição divina, o apóstolo chama a atenção para o lado humano do processo. Nem todos os de Israel eram da promessa. Deus salvaria apenas os escolhidos, enquanto que condenaria aqueles que estavam “preparados para a condenação”. A perspectiva até aqui, tem sido a da ação de Deus na salvação, e não podemos deixar de afirmar o claro ensino, da sua escolha ser incondicional e livre, por mais que isso faça nossos irmãos arminianos rangerem os dentes.

Como Israel agiu no processo de sua reprovação? Entendemos, pela Escritura, que o povo judeu, preferiu buscar um modo de salvação baseado nas obras, através da guarda da lei. Considerou ridículo o oferecimento da salvação pela graça mediante a fé, rejeitou o Evangelho e, com isso, tropeçou na “pedra de tropeço”, que é Cristo (vv. 30-33). Observando os capítulos 10 e 11 da epístola, descobrimos que os judeus não se sujeitaram à justiça que “vem de Deus” (10:3), não “obedeceram ao Evangelho” (10:16) e, não querendo dar ouvidos a Deus, foram um “povo rebelde e contradizente” (10:21), restando apenas um “remanescente segundo a eleição da graça” (11:5). A salvação buscada pelas obras fracassou, mas foi alcançada pela eleição, sendo que o restante do povo foi endurecido (11:7-10). Por causa de sua transgressão, eles foram cortados da oliveira, dando espaço para a salvação dos não-judeus (11:11-24).

A conclusão é simples: os não crentes merecem o juízo. Eles, intencionalmente, rejeitam o Evangelho. Chegamos aqui, à antinomia da doutrina da salvação: *Deus é inteiramente responsável pela eleição, enquanto os homens são inteiramente responsáveis por sua condenação.* Daí termos de admitir que a eleição é, em última análise, um mistério divino, uma revelação cuja plenitude jamais poderemos alcançar (Rm 11:33). Esse fato, no entanto, não nos exime de percebê-la na Palavra de Deus, nem de ensiná-la com convicção. Tudo o que é necessário para nossa salvação e edificação na fé, foi revelado no Evangelho, e isso deve ser

proclamado, mesmo que parece loucura para uns e escândalo para outros, que preferem uma religião confinada aos estreitos limites da razão humana.

Evidências da eleição

Uma última consideração textual deve ser feita, com base nos vv. 23-24: “a fim de que também desse a conhecer as riquezas da sua glória em vasos de misericórdia, que para glória preparou de antemão, os quais somos nós, a quem também chamou, não só dentre os judeus, mas também dentre os gentios”. O apóstolo não hesitou em afirmar sua convicção de que era um eleito. Falando dos “vasos de misericórdia”, ele disse que estes “somos nós”. Isso indica que podemos e devemos ter convicção de nossa eleição, ao contrário do que dizem alguns, que argumentam que “nós não temos como saber se somos eleitos”. Pelo contrário, as Escrituras afirmam que é possível que as pessoas reconheçam a nossa eleição, bem como podemos estar certos de nossa salvação (1Ts 1:3-4; 1Jo 5:13).

Isso pode ser feito observando algumas evidências ou características dos eleitos, conforme descritas na Palavra de Deus. Os judeus, como vimos acima, demonstraram que eram reprovados mediante algumas atitudes e comportamentos específicos. Os eleitos demonstram que são escolhidos mediante um andar idigno da vocação a que foram chamados (Ef 4:1ss). Tal modo de ser, pode ser delineado mediante uma verificação de algumas características, listadas abaixo:

1. O eleito aceita integralmente o Evangelho bíblico, entendendo que conforme o mesmo, somos alcançados pelo Espírito Santo, que nos aplica a salvação baseada na graça que opera mediante a fé, independentemente das obras humanas. Quem tropeça nesse ponto, demonstra que não é escolhido (Rm 9:32-33). Quem não crê nesse Evangelho de Pura Graça é reprovado. Quem não nascer da água e do Espírito, não entrará no reino dos céus (Ef 2:8-9; Rm 3:28; Gl 1:6-9, 2:16; Cl 2:13-15; Mc 1:15; Jo 3:5). Você crê no Evangelho? Crê de modo pessoal e experimental e não apenas teórico? Se sua resposta for “sim”, então você é um eleito de Deus.
2. O eleito aceita a justiça que vem somente de Deus e manifesta obediência ao Evangelho (Rm 10:3, 16). Ele não é “rebelde e contradizente” (10:21). Quem se diz crente mas posiciona-se de modo insubmisso a Deus e à sua Palavra, revela que na verdade jamais conheceu ao Senhor Jesus. A Bíblia fala de pessoas que, apesar de religiosas, são praticantes da iniquidade, e portanto, desconhecidas de Jesus. Tais indivíduos serão condenados no dia do juízo (Mt 7:21-23).
3. O eleito manifesta confiança em Deus (Rm 9:23-24). O apóstolo Paulo não hesita em colocar-se no rol dos eleitos. Ele havia tido um encontro pessoal com o Senhor da Glória. Por isso podia dizer: “somos nós!”. A conversão verdadeira gera confiança (Hb 4:16; 10:19-22, 35, 39). A confiança é um aspecto da fé. Dizer-se crente sem ter confiança em Deus é uma contradição! Os verdadeiros eleitos, mesmo que atacados pelo acusador de nossas almas, batalham agressivamente, com ousadia, utilizando a Palavra de Deus e o sangue de Cristo — e vencem (Ap 12:11).
4. O eleito caminha em santidade. Fomos escolhidos para sermos santos (Ef 1:4). Aqueles que “são do Senhor” se apartam da injustiça (2Tm 2:19-21).
5. O eleito experimenta a graça e a paz do Senhor. Interiormente ele tem paz. Paz com Deus, paz consigo mesmo e paz com o próximo (Jo 14:1, 27; Rm 5:1; Ef 2:13-18). Essa paz diz respeito a uma harmonia interior que é abastecida continuamente, em nossa comunhão diária com o nosso Pai.
6. O eleito tem, dentro de si, o testemunho do Espírito Santo, confirmando que “ele é um filho de Deus” (Rm 8:14-16).
7. O eleito sabe que foi escolhido para ser uma bênção no mundo, para praticar boas obras que glorifiquem a Deus, para produzir fruto no reino de Deus, e para proclamar as virtudes do Senhor a toda a terra (Gn 12:1-2; Mt 5:13-16; Jo 15:16; 1Pe 2:9).
8. O eleito prepara-se para a volta do Senhor, vigiando e orando, alimentando-se da Escritura e buscando, a cada dia, uma maior fidelidade, de modo a não ser encontrado despreparado na parusia (Mt 24:42-44, 46, 48-51, 25:1-13, 19, 21, 23, 30, 41-46; 1Co 15:22; 2Pe 3:11-14; 1Jo 2:28-29).

Em suma, o eleito não é um desleixado. Pelo contrário, em todos os tempos em que a eleição foi enfatizada de modo equilibrado e prático, a Igreja experimentou um surto de consagração, serviço e santidade.

Nossa análise, então, conduziu-nos às seguintes verdades:

- Os judeus não creram no Evangelho porque foram endurecidos por Deus, que em sua eleição soberana escolheu alguns para a salvação e determinou outros para a perdição.
- O processo da eleição não elimina a responsabilidade humana, de modo que tais réprobos agiram segundo os seus próprios corações. Foram desobedientes, orgulhosos e transgrediram a Palavra de Deus. Por isso o Senhor é justo em condená-los.
- Deus, então, é justo em condenar aos réprobos, e misericordioso em salvar alguns.
- Nós, em nossa limitação e finitude, não temos como julgar a Deus, nem como buscar entender os seus desígnios, que são infinitos, santos, justos e bondosos.
- Conforme os planos do Senhor, os eleitos são santificados e moldados conforme o caráter e a missão de Cristo, honrando a Deus com suas vidas transformadas.
- Devemos glorificar ao Senhor por sua transcendência. Dele, por meio dele e para ele são todas as coisas. Dele é a glória eternamente.

Conclusão

Entendemos que, considerando Romanos 9 a 11, não temos como negar o ensino da eleição incondicional. Devemos aceitar tais ensinamentos da Palavra infalível de Deus para nossas vidas, com alegria, gratidão, temor e tremor, buscando viver vidas santas, e confirmando através de nosso testemunho a nossa eleição (Ef 1:4-6, 11-12; 1Ts 1:3-4; 2Tm 2:19).

Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz.

1Pe 2:9

Bibliografia

Michaelis. (1998). Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos.

Fonte: http://www.ejesus.com.br/cap_nove_da_carta_aos_romanos.htm 09/00

Nota: Este estudo é feito por um presbiteriano e por isso ele não entenda alguns aspectos de eclesiologia, nem a história da igreja verdadeira na terra. Não aceito as afirmações deste autor que os batistas vieram da reforma protestante, que as igrejas da reforma são iguais a dos batistas ou que a igreja é universal e invisível. Porém, tocante à doutrina da salvação, posso dizer que agradeço as suas colocações.

Pastor Calvin G. Gardner - Março 2002

Missionário Calvin Gardner - Rua Santa Cruz das Palmeiras, 333 - 15805-035 Catanduva, SP - (17) 523-2675

<http://www.geocities.com/wbtbrazil>

<http://br.geocities.com/batistacatanduva>

E-mail: wbtbrazil@usa.net